

AGRONEGÓCIO E GÊNERO: A CATEGORIA FEMININA NA OPERACIONALIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS¹

Angélica Chini²

Silmara Patrícia Cassol³

Fabiana Raquel Mühl⁴

Neuri Antonio Feldmann⁵

Enéias Lenhardt⁶

RESUMO

A força feminina se faz presente no agronegócio. Até pouco tempo, a figura feminina era associada às atividades domésticas e a criação dos filhos, as chamadas atividades “reprodutivas”. A busca pelo protagonismo desprende a mulher das atividades domésticas para assumir papel e tarefas ligadas à gestão e à operacionalização das atividades rurais. No entanto, estudos que posicionem a real participação da mulher no agronegócio e seus desafios, são escassos. Neste sentido, o presente trabalho objetiva identificar e analisar os principais desafios da mulher na operacionalização da propriedade rural no município de Palmitos – SC. Busca-se também, analisar como é realizada a gestão e a participação da mulher e identificar e caracterizar o perfil das mulheres do agronegócio. Em síntese, 85,8% das mulheres têm entre 31 e 60 anos, mais de 80% delas é casada. A maioria delas têm o ensino fundamental completo e 28,3% têm o ensino médio. Os resultados mostraram que 92,5% dos estabelecimentos pertencem à família e, que são propriedades consideradas de pequeno porte. As mulheres estão presentes na operacionalização das atividades na propriedade, mas no processo decisório se pode notar que elas decidem a maior parte em conjunto, seja com familiares ou técnicos. As mulheres destacaram que as principais dificuldades estão relacionadas com a resistência dos homens, abertura para novas ferramentas de gestão, ausência de políticas públicas e capacidade de negociação. A pesquisa evidenciou que diversas barreiras precisam ser superadas e que as mulheres estão em processo de conquista de seu espaço na sociedade.

Palavras-chave: Agronegócio. Mulher. Gestão Rural.

Introdução

O agronegócio, sobretudo a agropecuária, é tradicionalmente reconhecido na sociedade pela participação feminina relativamente baixa, mas o cenário que tem se modificado nos últimos anos. Atualmente, existem 14 milhões de produtoras rurais envolvidas em todos os processos feitos em lavouras, comunidades e reservas extrativistas, além de serem consideradas como protagonistas no cenário da agricultura familiar, devido

¹ Pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Agronomia

² Centro Universitário FAI - UCEFF. Acadêmica do Curso de Agronomia. E-mail angechini@gmail.com.

³ Centro Universitário FAI – UCEFF. Engenheira Agrônoma. Me. Extensão Rural.

⁴ Centro Universitário FAI – UCEFF. Bióloga. Dr. Agronomia.

⁵ Centro Universitário FAI – UCEFF. Engenheiro Agrônomo. Me Fitotecnia.

⁶ Centro Universitário FAI – UCEFF. Engenheiro Agrônomo. Esp. Produção Vegetal.

ao fato de mais de 45% dos produtos serem plantados e colhidos pelas mãos femininas (BARROS *et al.*, 2018; FANTIM, 2022).

As mulheres têm conquistado cada vez mais lugares de destaque em diversos setores da sociedade, com as mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira durante os últimos séculos, elas se tornaram mais participativas no mercado de trabalho e no controle das operações. Nota-se uma grande diferença, principalmente no agronegócio, passando de “ajudantes” dos seus maridos nas propriedades rurais, para representar mais de 40% do rendimento familiar no campo (FANTIM, 2022).

Nessa perspectiva a força feminina se faz presente em vários setores do agronegócio. O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA ao realizar um estudo sobre mulheres no agronegócio destacou que as diversas transformações estruturais de natureza cultural e social ocorridas ao longo das últimas décadas na sociedade brasileira promoveram o aumento, apesar de lento, da participação da mulher no mercado de trabalho. A participação da mulher no mercado de trabalho do agronegócio cresceu consistentemente entre 2004 e 2015, passando de 24,1% para 28%. A pesquisa mostrou que a distribuição das mulheres pelos diferentes elos considerando os segmentos do agronegócio é divergente da observada para os homens, pois esses estão predominantemente operando no segmento primário (agropecuária), enquanto as mulheres nas agroindústrias e agrosserviços (CEPEA, 2018).

Segundo a Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG (2022), há uma forte tendência para a maior participação da mulher no agronegócio brasileiro. A pesquisa realizada pela Associação mostra que 59,2% das mulheres na área são proprietárias ou sócias, 30,5% fazem parte da diretoria, são gerentes, administradoras ou coordenadoras e 10,4% são funcionárias ou colaboradoras. As mulheres enfrentam muitos obstáculos no campo do agronegócio, pois essa é uma área ainda muito masculinizada.

A agricultura mundial encontra-se sob forte pressão para garantir a segurança alimentar. O Brasil tem sua matriz econômica fortemente apoiada no agronegócio, sendo o setor responsável por aproximadamente 28% do PIB. Dentro de uma perspectiva histórica este é um setor que teve seus espaços de liderança ocupados por homens, onde a presença da mulher nunca foi bem recebida ou notada. Neste contexto, a pouca participação da

mulher no agronegócio sempre esteve associada com justificativas, como a falta de capacidade, necessidade de cuidar do lar e fragilidades físicas e emocionais (FAO, 2021).

Contudo, é fato que as mulheres exercem um papel essencial na produção familiar, uma vez que são elas que incorporam as atividades para o auxílio da renda familiar, seja por extensão da jornada de trabalho combinando trabalhos doméstico e agrícola, com a transformação de matéria prima em produtos manufaturados, artesanato, gestão da lavoura, consultoria técnica, ensino, vendas, gerenciamento de produtos, liderança, entre tantos outros.

Então as mulheres estavam presentes, porém não se posicionavam ou não tinham voz ativa. A participação da geração mais jovem que vem se posicionando de forma diferente está obrigando a adaptação, e a representatividade feminina está em todas as áreas do agronegócio, contribuindo para a evolução do setor, independente da função e do tipo de empreendimento.

Diante deste contexto, este trabalho foi desenvolvido, com o objetivo de apresentar uma análise e diagnóstico dos principais desafios da mulher na operacionalização da propriedade rural no município de Palmitos – SC. Como objetivos específicos a pesquisa busca analisar como é realizada a gestão e a participação da mulher, verificar as principais dificuldades da mulher na gestão da propriedade, compreender e entender a importância da inclusão feminina no agronegócio e identificar e caracterizar o perfil das mulheres do agronegócio no município de Palmitos - SC.

Fundamentação teórica

Mulher no agronegócio

Na idade média, a sociedade era dirigida e controlada pelo sexo masculino, o qual liderava papéis e lugares que poderiam ser facilmente ocupados por mulheres. Estas por sua vez, diferenciavam-se pela posição que ocupavam, faixa etária, instrução, família que provinham e virtudes. Por estereótipo, às mulheres eram a quem atribuíam as tarefas domésticas (FIGUEIREDO; DINIZ, 2018).

A força de trabalho na época era o centro da economia rural, extremamente importante. A mulher contribuía para a sobrevivência da família, os impostos muitas vezes eram pagos por elas por meio de serviços prestados aos seus senhores e suas famílias, como a fabricação de artigos de luxo, confecção de tecidos e roupas, tarefas estas, exclusivas das servas e escravas (MOREIRA, 2022).

Fossem donas-de-casa, camponesas, lavadeiras, cozinheiras, costureiras, parteiras, o trabalho sempre esteve presente no universo feminino. A vida no campo sofreu mudanças com o mercado, às comunicações, à industrialização e o êxodo rural. Muitas vezes com a ausência do homem na família, devido a algum fator, elas aprenderam a trabalhar com a terra, adotar uma postura viril e assim gerenciar o próprio negócio rural para assegurar o sustento da família (FIGUEIREDO; DINIZ, 2018).

A introdução da mulher no mercado de trabalho deu-se com as I e II Guerras Mundiais quando a maioria dos homens iam para as batalhas e as mulheres assumiam os negócios da família e o lugar do homem no mercado de trabalho (CASTRO *et al.*, 2022).

Pinto (2012) destaca que a inserção da mulher no mercado de trabalho foi influenciada também por questões demográficas, tais como: redução da taxa de fecundidade, redução do tamanho das famílias, envelhecimento da população, com maior expectativa de vida às mulheres e acentuado crescimento de arranjos familiares chefiados por mulheres.

A inserção da mulher no mercado de trabalho apresentou dificuldades, por aspectos culturais, salariais e questão de gênero. Nesse contexto, a mulher na propriedade rural já não se limita mais na execução das atividades domésticas, que estão ligadas aos costumes, tradições e valores herdados da sociedade (BORGES *et al.*, 2021).

A realidade das mulheres dentro da agricultura é de muito trabalho e pouco reconhecimento. As agricultoras brasileiras, ainda hoje, sofrem de invisibilidade social como trabalhadoras e como cidadãs. O trabalho realizado por elas é considerado uma “ajuda” dentro da família, enquanto o homem é considerado o verdadeiro “produtor rural”. Características que fazem a diferença, como: conhecimentos e experiências das mulheres, principalmente no que se refere a produção de alimentos, são menosprezados. Visto que a

representação pública da família é outorgada ao homem, esperando-se que as mulheres permaneçam restritas ao doméstico (GLAZEBROOK; NOLL; OPOKU, 2020).

No entanto, nas últimas décadas, o trabalho feminino considerado sem valor produtivo e voltado em sua maioria às atividades que garantiam a manutenção da estrutura familiar, como cuidar dos filhos e do marido, e demais atividades domésticas passa a ter nova conotação, participando de forma efetiva do sistema produtivo (HEREDIA; CINTRÃO, 2006; FAO, 2021).

São dois paradigmas que predominam o trabalho feminino no agronegócio. O primeiro está ligado às sociedades rurais menos capitalizadas, que conservam um caráter camponês e tradicional de seus sistemas de produção, sustentando a distinção de trabalhos realizados por homens e mulheres na unidade. Já o segundo, baseia-se na divisão sexual do trabalho, com o controle do homem sobre a capacidade da mulher perpetuando o desigual acesso aos meios de produção, constituindo relações de dependência de trabalho rural feminino ao padrão decidido pelo homem (ANTHOPOULOU, 2010; GLAZEBROOK; NOLL; OPOKU, 2020).

A sua presença é constante em várias atividades: nas plantações, nas salas de ordenha, sobre as máquinas agrícolas, em rodadas de negócios, e ainda, em frente ao computador para acompanhar as condições climáticas ou as cotações do dia. Isso comprova que, assim como em outros segmentos da sociedade, o setor agropecuário também tem possibilitado a inserção do gênero feminino (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014).

O número de mulheres dirigindo propriedades rurais no Brasil alcançou quase um milhão. A partir do Censo Agropecuário de 2017, o IBGE identificou 947 mil mulheres responsáveis pela gestão de propriedades rurais, de um universo de 5,07 milhões. A maioria está na região Nordeste (57%), seguida pelo Sudeste (14%), Norte (12%), Sul (11%) e Centro-Oeste, que concentra apenas 6% do universo de mulheres dirigentes (GUARALDO, 2018).

Segundo Guaraldo (2018), juntas as mulheres administram cerca de 30 milhões de hectares, o que corresponde apenas a 8,5% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais no país. Do total geral de estabelecimentos identificados pelo Censo Agropecuário 2017 (5,07 milhões), as mulheres são proprietárias de apenas 19%, enquanto os homens detêm 81%.

Relações de gênero

Sobre o gênero no meio rural, pode-se observar que ocorreram muitos avanços e conquistas ao longo do tempo, porém ainda há muitos obstáculos a serem ultrapassados, como: hegemonia ideológica dos homens, a associação do trabalho agrícola ao sexo masculino, além dos obstáculos naturalizados pela família, comunidade e pela própria mulher (SPANEVERELLO *et al.*, 2022).

Pode-se observar que a participação feminina no mercado de trabalho não ocorre de maneira igualitária, pois existe uma divisão sexual do trabalho, no qual se verifica a separação entre o trabalho realizado pelo homem e o pela mulher, sendo que as atividades realizadas pelos homens são consideradas produtivas e as realizadas pelas mulheres são consideradas reprodutivas (FIGUEIREDO; DINIZ, 2018).

Ainda, para Glazebrook, Noll e Opoku (2020) apesar da mulher exercer as mesmas funções que o homem, tanto na cidade como no campo, ela possui um trabalho menos valoroso e é considerado apenas como complemento da renda familiar. Frequentemente, o trabalho realizado pelas mulheres na agricultura não é reconhecido.

No âmbito dos progressos, a mulher conquistou o direito a ter uma vida pessoal, independente. Os papéis sociais clássicos hoje são modelos ultrapassados, houve uma diminuição na quantidade de filhos gerados por cada mulher, surgiram novas tecnologias em prol da organização doméstica, a educação das crianças não é mais somente responsabilidade delas e há uma nova divisão das tarefas do lar. Mesmo assim, todas essas atribuições exigem da mulher muita organização para dar conta de suas responsabilidades e garantir tempo para cuidar de si (FIGUEIREDO; DINIZ, 2018).

A palavra gênero provém do latim “genus” e refere-se ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres do gênero, é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres. Sua principal característica está na mutabilidade, isto é, na possibilidade de mudança na relação entre homens e mulheres através do tempo (GUEDES, 1995).

Embora exista o discurso de igualdade de oportunidades, são explícitas as desigualdades relativas à participação das mulheres em relação aos homens no ambiente de

trabalho, seja em relação a remuneração, ascensão e até mesmo na oportunidade de exercer determinadas funções. E, esses fatores inevitavelmente produzirão reflexos na busca pelo equilíbrio social entre os gêneros (UNAY-GAILHARD; SIMÕES, 2022).

Contudo, muitos esforços vêm sendo feitos para aumentar a participação da mulher no setor do cooperativismo, sindicalismo, entre outros. Esforços, esse que seriam para alcançar igualdade de gênero (FAO, 2021).

Gestão no agronegócio

Com a modernização do agronegócio houve mudanças nos sistemas, na mão-de-obra especializada, cuidados com o meio ambiente, adoção de métodos diferentes de cultivo e criação de animais, objetivando aumentar a rentabilidade do negócio rural (FAO, 2021). Assim, cada vez mais torna-se necessário o planejamento com base em gestão de riscos, conhecimento de mercados e uso das ferramentas adequadas.

Quando se trata de gestão do agronegócio, as propriedades rurais tendem a ter uma estrutura de gestão diferente, envolvendo agentes e contratos, insumos, vendas, técnicos, compras e outros. Porém, nota-se que as fazendas estão cada vez mais organizadas, eficientes e com ar empresarial ou encaminham-se para tal. Propriedades rurais geridas com profissionalismo baseiam-se em objetivos, metas e métodos. É necessário definir o quê, quanto, quem, para quem e como produzir, assim como analisar o mercado e suas perspectivas (DIAZ *et al.*, 2021).

Com base nos dados fornecidos, tanto pelo planejamento estratégico quanto pela contabilidade da empresa rural, o produtor pode se programar no que diz respeito as ações que vai tomar em determinada safra ou ano, ou ainda nos próximos anos, de forma clara, eficiente e mais próxima do sucesso, minimizando assim os riscos que sua atividade oferece (CUNHA *et al.*, 2022).

A busca pela sobrevivência enfrentada pelas empresas atuantes no agronegócio fez com que os responsáveis pelas propriedades rurais despertassem uma visão atualizada de mercado, de modo a adotar a postura de gestores empresariais. Desse modo, por meio de informações de qualidade, planejamento estratégico, análise de riscos e assistência técnica

procuram desvendar novos nichos de mercado, bem como modernizar a propriedade e prover excelência nos processos da gestão do negócio rural (SILVA *et al.*, 2020).

Devido às novas tendências de gestão, há urgência de transformação da imagem do fazendeiro bruto em um empresário rural e ao mesmo tempo, dar visibilidade às mulheres como empresárias rurais. Assim, com o dever de buscar sempre resultados econômicos favoráveis a partir dos recursos disponíveis e gerenciar o desempenho na busca de bons resultados (FIELDVIEW, 2022).

Com a substituição da rudimentar força física pela informação e tecnologia, o conhecimento é fundamental. Na busca pelo sucesso das organizações, algumas características ditas “femininas” passam a serem valorizadas, pessoas capazes de inovar e seguir intuição estão mais bem preparadas para assumir cargos de chefia e liderança dentro das propriedades (UNAY-GAILHARD, 2022).

Algumas das atividades desenvolvidas na gestão das propriedades rurais demandam atributos, geralmente detido por pessoas experientes, que possuem distinções adquiridas ao longo de suas vidas. Entre as quais, a capacidade de executar várias tarefas ao mesmo tempo, uma peculiaridade que inerente na maioria das mulheres na execução das atividades domésticas. Assim, como gestora do lar e do bem estar da família, a capacidade da mulher é incontestável (BALL, 2020).

As mulheres já nascem gestoras, por excelência. Independente se elas almejavam isso mesmo ou não para as suas vidas, ainda no contexto atual, entre os tantos papéis sociais que se espera que as mulheres assumam, está esse de fazer gestão (ADRIANE, 2017).

Metodologia

O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa descritiva exploratória por amostragem intencional, com variáveis quantitativas e qualitativas, utilizando a aplicação de questionários a partir de uma relação fixa de perguntas e de ordem invariável. Esse tipo de amostragem tem como característica, também, selecionar um subgrupo da população, que com base nas informações disponíveis será considerado representativo de toda a população.

Em geral, as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações

entre variáveis. Esse tipo de pesquisa possibilita ao investigador descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos (GIL, 1999).

Foi encaminhado o *link* do questionário para grupos de redes sociais, principalmente do *WhatsApp*, indicadas pelas lideranças que trabalham com mulheres no meio rural no município de Palmitos-SC. Embora se acredite que aproximadamente 200 mulheres tenham recebido o *link* do questionário, a análise obteve 106 questionários respondidos, por mulheres ligadas ao agronegócio.

O método de pesquisa envolveu primeiramente a elaboração e teste do questionário, com o objetivo da realização de um primeiro refinamento do instrumento antes da coleta de dados na amostra. Além disso, essa etapa permite verificar a clareza e a compreensão dos termos utilizados (MARCONI; LAKATOS, 2002). Depois de ajustado e aprovado pelo Comitê de ética de pesquisa, o instrumento foi aplicado às mulheres que trabalham com agronegócio no município de Palmitos, com perguntas divididas em quatro etapas, são elas: I - Identificação do perfil; II - Verificação da participação das mulheres nas atividades rurais descritas; III - Compreensão sobre o poder de decisão feminino dentro da propriedade nas atividades elencadas; IV- Principais dificuldades no agronegócio.

Nesta pesquisa foi adotado o modelo de questionários estruturados constituído por questões abertas e fechadas com respostas em escala de LIKERT, facultando ao respondente complementar suas respostas, quando achar pertinente. O questionário elaborado foi adaptado de pesquisa aplicada por Neves (2021) e Dias (2008).

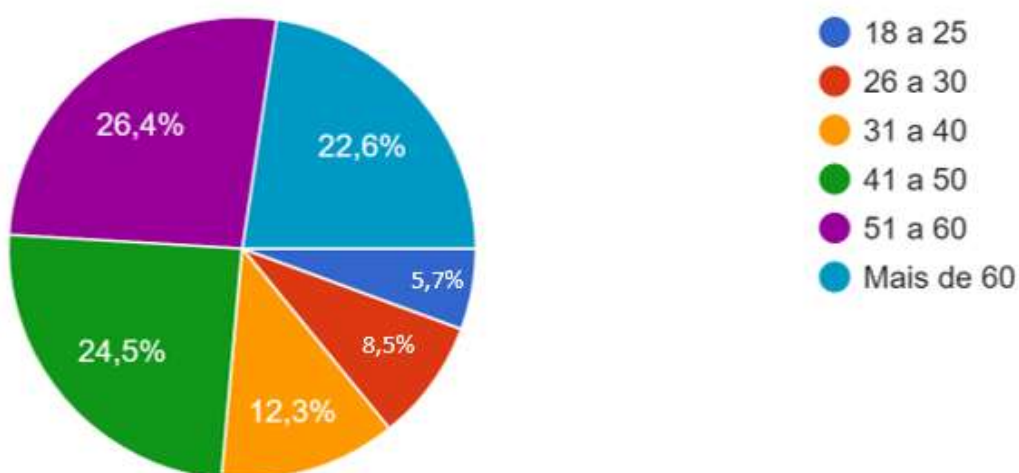
Segundo Boni e Quaresma (2005), neste tipo de entrevista pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

A coleta de dados e o modelo exploratório descritivo por amostragem, com variáveis quantitativas, por meio da análise das respostas coletadas através dos questionários. Após a coleta dos dados, os dados foram tabulados em planilhas utilizando o Software Microsoft Office Excel, seguido de análises quantitativas.

Apresentação e discussão dos dados

A pesquisa contou com a participação de 106 mulheres que trabalham com o agronegócio no município de Palmitos - SC. Segundo estimativa do IBGE (2021), Palmitos tem aproximadamente 16.144 habitantes. Destes 61,61% residem no meio urbano e 38,39% no meio rural. Dentre a população rural estima-se que 2.929 são mulheres e 3.220 são homens, totalizando 6.149 habitantes no meio rural.

Figura 1 - Faixa etária das entrevistadas.

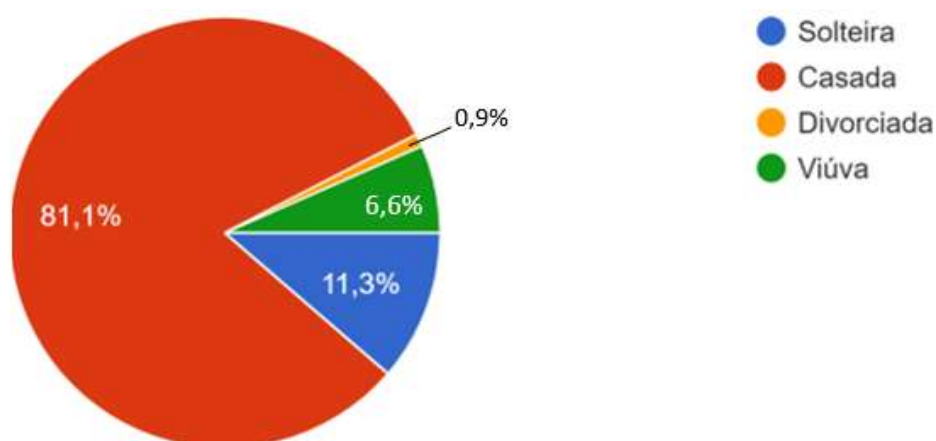


Na Figura 1 pode-se observar que a maior parte das respondentes (85,8 %) se enquadra na faixa etária acima de 31 anos. Tal resultado segue a mesma linha da pesquisa realizada pela por Dias (2008), indicou como maioria, mulheres entre 41 a 65 anos, representando 82,6% das trabalhadoras em tempo integral em estabelecimentos rurais. Como possível justificativa, as atividades desenvolvidas e gerenciadas nos estabelecimentos agropecuários demandam características que mulheres adultas detêm devido às distinções que elas adquiriram ao longo de suas vidas (BRUMER, 2004).

Segundo Yannoulas (2002) o estado civil e os filhos em residência, seja urbana ou rural são fatores levados em consideração pelas mulheres durante as escolhas profissionais. Das entrevistas, 81,1% são casadas, 11,3% são solteiras (Figura 2). Nota-se um maior número de mulheres casadas, o que reflete a realidade social e da atividade econômica, segundo Segabinazi (2013) que tem por característica a presença da figura masculina como gerador e pioneiro do negócio e a inserção da mulher pelas vias do matrimônio.

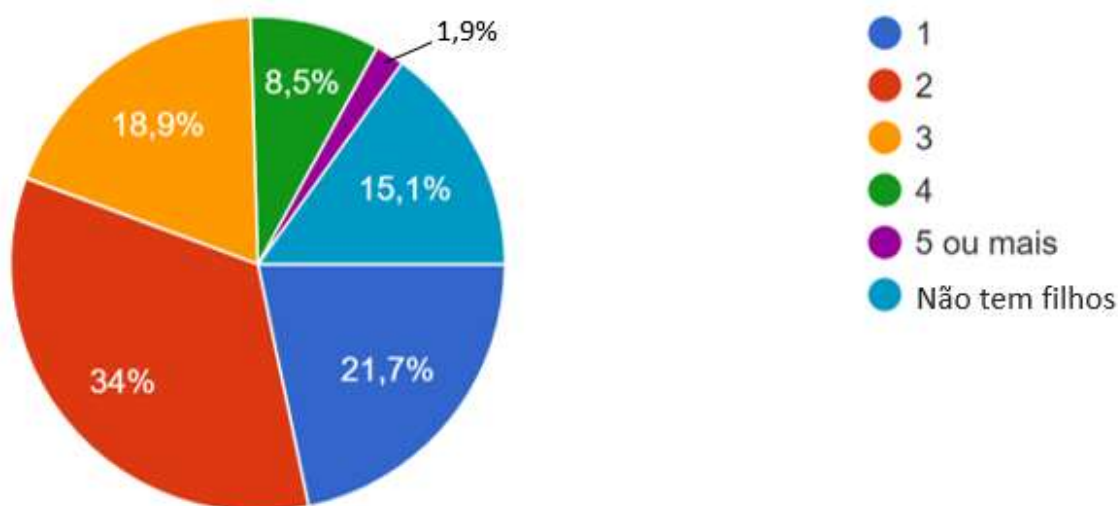
Observou-se também que as respondentes viúvas representam 8,1% das entrevistadas. Ao longo da história há registros de casos em que mulheres assumiram a direção das fazendas em casos de ausência com o homem da família. Nesses casos elas se encontram ante à uma situação de necessidade e tendem a assumir o negócio rural (AUAD, 2003).

Figura 2 - Estado civil das entrevistadas.



Em relação ao número de filhos, 21,7% das entrevistas possuem 1 filho, 34% possuem 2 filhos e 18,9% possuem 3 filhos. Das entrevistadas 15,1% não possuem filhos (Figura 3). O estudo do número de filhos é importante para mostrar a dedicação de tempo aos trabalhos profissionais em relação à atenção dada para a família. Segundo Segabinazi (2013), as mulheres geralmente trabalham diretamente com membros da família e precisam aprender a separar as emoções das responsabilidades e cobranças profissionais.

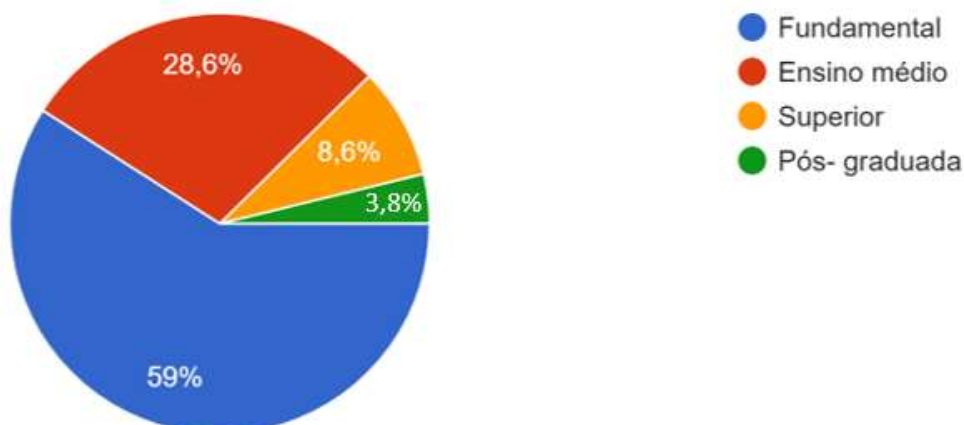
Figura 3 - Número de filhos por mulher entrevistada entrevistadas.



Observa-se na Figura 4 que 59% das respondentes têm o ensino fundamental completo e 28,6% possuem o ensino médio. Entre as graduadas 12,4% são Agrônomas e Gestoras do Agronegócio. Já a pesquisa realizada pela Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG (2017) traçou o perfil das mulheres que trabalham no campo e os papéis que desempenham traz resultados diferentes dos encontrados na pesquisa.

O perfil da mulher que atua no agronegócio brasileiro é de escolaridade alta e independência financeira: 55% acessam a internet todos os dias, 60% têm curso superior completo e 88% se consideram independentes financeiramente.

Figura 4 - Escolaridade das entrevistadas.

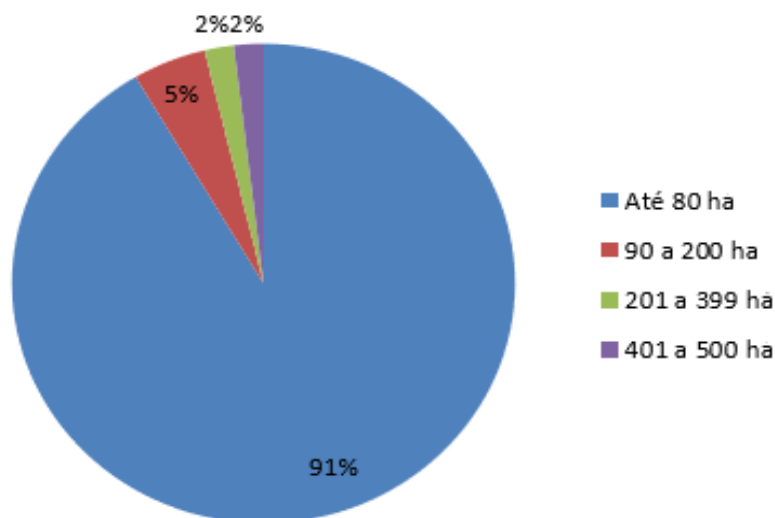


Na figura 5 mostra que entre as respondentes, a maioria (91%) delas atua gerenciando propriedades entre 2 a 80 hectares.

Levando-se em conta a classificação das propriedades por módulo fiscal, no Brasil, variando por cidade a classificação é definida pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979 que alterou alguns dispositivos do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504/1964, o qual regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola e leva em conta o módulo fiscal, que varia de acordo com cada município (EMBRAPA, 2012).

No município de Palmitos-SC um módulo fiscal equivale a 20 hectares. De acordo com Oliveira *et al.* (2019) 88,81% dos estabelecimentos do município possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram 69,87% da área. Os autores destacam também que, segundo dados do cadastro ambiental rural, cerca de 99% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam 96,88% da área dos imóveis rurais. Das 2.807 propriedades rurais, 2778 possuem até 80 hectares.

Figura 5 - Tamanho das propriedades.



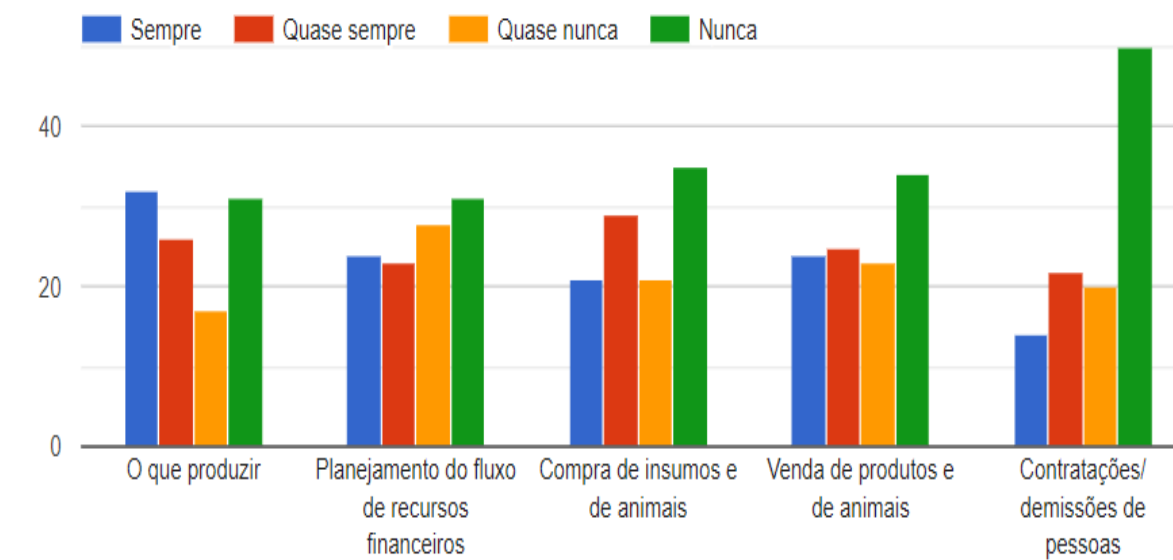
Quanto à propriedade da terra, 92,5% das mulheres responderam ser área familiar, 2,8% responderam não ser familiar e 4,7 % responderam ser uma parte familiar e outra parte não.

Em relação a presença das mulheres nas atividades rurais, observa-se na Figura 06 que nas atividades desenvolvidas na unidade de produção relacionadas ao que produzir 32% afirmaram que sempre participam presencialmente destas decisões. Seguido de 26% que afirmaram que quase sempre participam presencialmente, o que se pode deduzir que tem alguém trabalhando junto com elas na operacionalização e tomando decisões conjuntas no dia-a-dia na produção e 17 % das entrevistadas quase nunca participam e 31% não participam da decisão do que produzir.

Diversos estudos apontam para o crescimento da atuação feminina no processo decisório tanto na lavoura quanto na administração do campo, o que se traduz em maior poder de influência para a condução dos negócios rurais e maior destaque no cenário do agronegócio (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014; FIELDVIEW, 2022).

Nota-se que quando se refere à participação das mulheres nos assuntos relacionados ao planejamento do fluxo financeiro da unidade de produção percebe-se que 24% delas sempre participam e 23% participam quase sempre. Brumer (2004) comenta que o conhecimento tecnológico necessário para administrar a propriedade rural não é alcançado pelas mulheres, assim como, estas não se inserem na administração dos recursos financeiros advindos da comercialização dos produtos.

Figura 6 - Participação nas atividades rurais elencadas.



No que se refere à compra de insumos e animais, 21% das mulheres responderam sempre participar na compra dos mesmos, 29% responderam quase sempre, 21% quase nunca e 35% nunca participaram.

Neves (2021) ao estudar a participação da mulher na tomada de decisão na pecuária de corte observou que a participação da mulher que trabalha com gado de corte é maior. No estudo 60% das mulheres responderam sempre participar presencialmente na compra dos insumos, 33% responderam quase sempre, 7% quase nunca e nenhuma respondeu nunca.

A maior participação das mulheres nesse trabalho deve-se, segundo a autora, ao grau de instrução e tamanho das propriedades. A maioria das mulheres é formada em curso superior e 57% possuem também pós-graduação, 63% são propriedades consideradas de grande porte (NEVES, 2021).

Rickson e Daniels (2009), na sua pesquisa comentam que diferentes padrões foram encontrados: a maioria das estruturas de tomada de decisão permanece segregada por sexo, com as mulheres tomando mais decisões sobre questões "internas" e os homens responsáveis por questões "externas" de gestão de recursos; a responsabilidade de decisão compartilhada foi maior do que o esperado.

No setor comercial da unidade de produção, 34% disseram nunca participar da negociação da venda da produção e 23% disseram quase nunca; 24% disseram sempre, 25% disseram quase sempre, evidenciando que somente 24% das mulheres respondentes da pesquisa demonstram participação na parte comercial da propriedade o que demanda conhecimento sobre mercados de insumos e produtos. No entanto, 57% das entrevistadas não participa em nenhum momento da decisão de comercialização dos produtos produzidos.

A comercialização é um dos principais gargalos para as organizações produtivas, em especial para as mulheres rurais e, conseqüentemente, para as condições de autonomia destas. As dificuldades de inserção das mulheres na comercialização estão relacionadas à divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, que é caracterizada pela invisibilidade e desvalorização do trabalho delas e pela sua escassa participação na gestão econômica. A separação entre as atividades produtivas e as reprodutivas gera hierarquias e valorações distintas em favor do trabalho realizado pelos homens (SUGUIMOTO *et al.*, 2021).

Em relação às respostas das mulheres sobre contratações e demissões de pessoas mostram que 50% disseram nunca participar, 20% disseram quase nunca, 22% disseram quase sempre 14% disseram que sempre participaram.

O sistema capitalista operou ao longo dos séculos para controlar as estratégias de promoção da autonomia empreendida pelas mulheres, tensionando os locais de trabalho produtivo e reprodutivo em desfavor delas. Esta tensão, se traduz em obstáculos à organização produtiva delas e em restrições à sua participação nos diferentes mercados. Decorre desta tensão, a forte presença das mulheres rurais nas atividades de beneficiamento e artesanato (vinculadas com as ocupações tipicamente femininas) (SUGUIMOTO *et al.*, 2021).

Tais características indicam restrições às condições de autonomia crítica das mulheres rurais. Contudo, estas restrições não se circunscrevem apenas às condições econômicas monetárias, mas guardam relação com as atividades produtivas e reprodutivas realizadas por elas, bem como seu acesso a demais dinâmicas de participação na esfera pública. As condições de autonomia crítica dizem respeito à compreensão das desigualdades de gênero como estruturais na sociedade, contemplando a noção da totalidade do trabalho

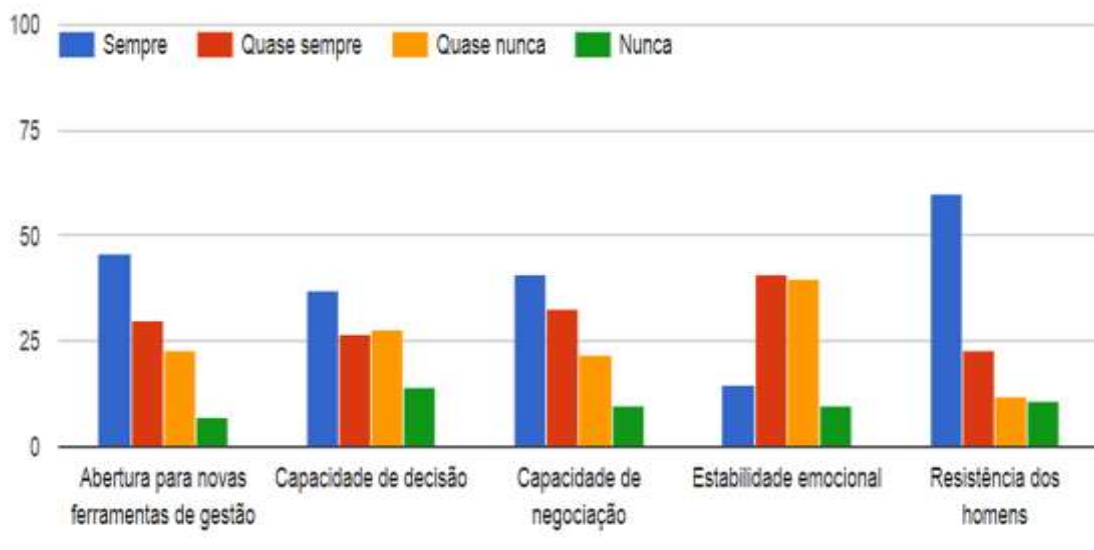
realizado pelas mulheres, sobre a melhor forma de garantir o próprio sustento, de inserção na gestão e na participação política (CONAB, 2022).

Diversos estudos apontam para o crescimento da atuação feminina no processo decisório tanto na lavoura quanto na administração do campo, o que se traduz em maior poder de influência para a condução dos negócios rurais e maior destaque no cenário do agronegócio (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014; FIELDVIEW, 2022).

Ribeiro (2020) destaca que nos últimos anos, tem ocorrido uma mudança no agronegócio, com uma entrada significativa das mulheres neste setor, que historicamente foi dominado pelos homens. No entanto, existem muitas limitações que impedem o desenvolvimento da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais.

Segundo Dias (2008), as mulheres gestoras no agronegócio têm consciência da resistência à sua participação em cargos de liderança e relatam também dificuldades quanto à confiabilidade como a falta de políticas públicas de incentivo à mulher no agronegócio e a falta de crédito concedido a elas.

Figura 7 - Principais dificuldades encontradas pelas mulheres no Agronegócio.



As mulheres entrevistadas destacaram que as principais dificuldades (Figura 7) estão relacionadas com a resistência dos homens (60%), abertura para novas ferramentas de gestão (46%), ausência de políticas públicas (46%) e capacidade de negociação (37%).

A principal dificuldade enfrentada pelas mulheres está relacionada com a resistência dos homens. Quando se trata de liderança e poder, as mulheres ainda são notadas como intrusas em ambientes tradicionalmente masculinos. As mulheres que assumem papéis de liderança convivem com desafios constantes de harmonização entre vida pública, pessoal e familiar. Para resolução dos conflitos, faz-se necessária uma ótima administração do tempo e aperfeiçoamento das relações humanas básicas da mulher como líder, como mãe e como esposa (CONAB, 2022).

Infelizmente, a despeito de já existirem avanços depois de muita luta feminina, as tarefas domésticas continuam sendo majoritariamente cumpridas pelas mulheres. Portanto, além da rotina cansativa na lavoura, que se inicia logo ao amanhecer, a mulher retorna para casa e precisa realizar todos os afazeres, como a comida, a limpeza e o cuidado com os filhos, muitas vezes até a educação é por conta delas. O descanso é um período curto, principalmente nos meses em que há colheita das produções (RAMOS, 2014).

A mulher na posição de gestora destaca-se, o que gera olhares desconfiados de sua capacidade, pelos que trabalham direta ou indiretamente com ela. Isso ocorre, devido ao fato de que ainda existe o mito de que as mulheres não servem para administrar uma empresa, quanto mais uma propriedade rural. Os profissionais que atuam no agronegócio devem reunir conhecimentos técnicos de produção específicos de seu segmento com aplicação de técnicas de gestão, e também, possuir uma visão aberta para os negócios (ANNES; WRIGHT; LARKINS, 2020).

Devido à socialização histórica, há certa complexidade entre a relação da mulher com o poder. Mesmo em ambientes cômodos para exercê-lo, o poder delas ainda é tido com certa resistência. É assim também no ambiente rural, onde ainda há resistência quanto ao exercício das mulheres em cargos de liderança nas fazendas. Por isso, empoderar a mulher, conscientizá-la de seu valor e incentivar suas decisões, para que seja superada a invisibilidade histórica é um fator importante (SILVA *et al.*, 2020).

Porém, vale destacar que para a grande maioria das mulheres que iniciam o exercício do poder e da liderança enfrentam desafios em diversos graus. Por exemplo, algumas nem sequer cogitavam que algum dia assumiriam tal posição, porque a visão tradicional sugere que o líder já nasce pronto. Características como intuição, flexibilidade, sensibilidade,

disposição para trabalhar, pensar em equipe e administrar as diversidades são típicas delas e demonstram um emergente estilo feminino de liderança (GLAZEBROOK; NOLL; OPOKU, 2020).

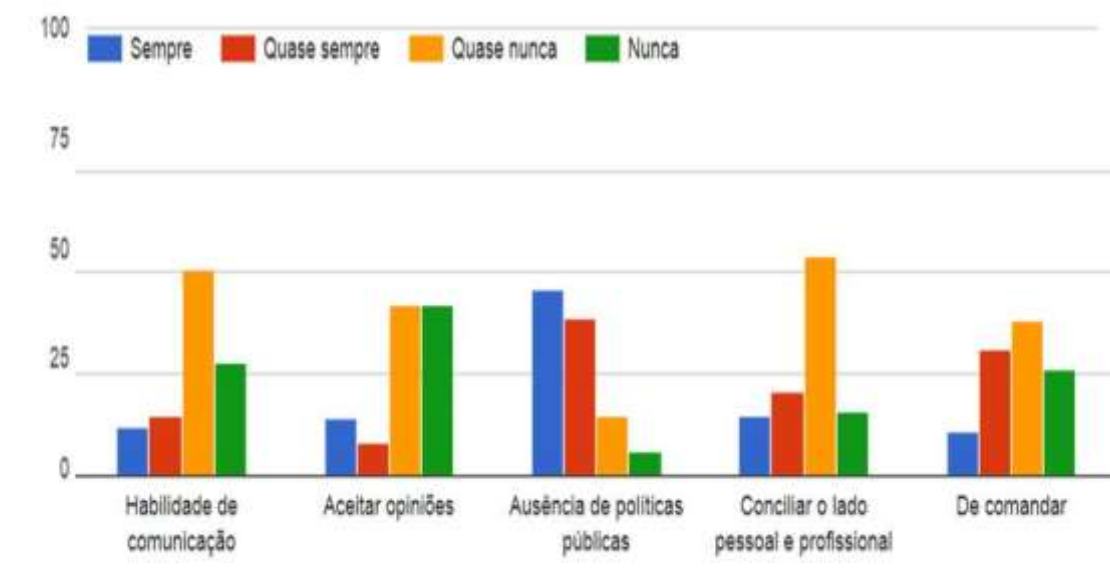
Na atmosfera rural a maior parte das propriedades ainda é gerenciada por homens, no entanto, existem admiráveis exemplos de mulheres gestoras atuantes diretamente no agronegócio, sem deixar seus valores e vaidade de lado (FIELDVIEW, 2022).

O agronegócio, anteriormente dominado pelos homens, abre espaço para a presença feminina. Inclusive, é possível dizer que a presença desta qualificou ainda mais o setor, que vem apresentando grandes avanços. A entidade formada por mulheres profissionais do agronegócio - Agroligadas realizou em 2021, uma pesquisa sobre a participação feminina no agronegócio em parceria com a Corteva Agriscience, a Abag e o Sicredi. O estudo ouviu 408 mulheres que atuam no agronegócio, com média de idade de 40 anos, de norte a sul do país, e traz dados importantes que trazem luz à participação feminina no setor (AGROLIGADAS, 2022).

De acordo com o levantamento, 93% das brasileiras têm muito orgulho de trabalhar no campo ou na indústria agrícola. Porém, quando o assunto é desigualdade de gênero, 64% das entrevistadas acreditam que esse problema cerca a cadeia do agronegócio, mesmo 79% afirmando que a situação de hoje é melhor que há 10 anos (AGROLIGADAS, 2022).

Percebe-se que entre as dificuldades destacadas, a ausência de políticas públicas (46%) é citada pelas mulheres (Figura 8). É importante destacar que são ainda recentes as políticas públicas voltadas para as mulheres que exercem a atividade agrícola no país.

Figura 8 - Dificuldades encontradas pelas mulheres no Agronegócio.



Diferentemente dos homens, as mulheres na agricultura não conseguem facilmente crédito para suas lavouras. Os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura indicam que apenas 10% das mulheres conseguem acesso a créditos. Além do dinheiro, que por si só já é um fator determinante, as agricultoras sofrem restrições de acesso a própria terra (FAO, 2021).

Em conjunto, toda a assistência técnica para o plantio também é dificultada, como também os insumos agrícolas, sementes, ferramentas, água, tecnologias, culturas rentáveis, cooperativas rurais e mercados de produção. O levantamento é de que apenas 5% conseguem acesso a todo suporte necessário para o cultivo. Devido ao fato de as mulheres não serem reconhecidas como líderes e são enxergadas apenas como se estivessem prestando auxílio aos homens, sem capacidade física e intelectual exigidas pelo trabalho e sua gestão (SUGUIMOTO, 2021).

Dentre as políticas públicas destinadas para a agricultura familiar, como a de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Programa Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a única ação do Estado que é exclusiva para as agricultoras é o Pronaf Mulher, um subprograma que integra o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A partir de 2003, não obstante as dificuldades de inserção das mulheres nas comercializações, em programas de compras públicas e os incentivos do governo federal à

realização de feiras propiciaram o aumento da participação delas nos mercados, em especial, no mercado institucional. As políticas públicas de estímulo à organização produtiva das mulheres rurais, desenvolvidas entre 2003 e 2015, foram pautadas pela agenda da construção da autonomia econômica delas, por meio da articulação entre políticas públicas com recorte de gênero e políticas específicas para elas (CONAB, 2022).

A participação das organizações econômicas de mulheres nos programas de compras institucionais foi estimulada, especialmente pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e pelo Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, que atuaram especialmente na qualificação da produção, beneficiamento e agregação de valor afim de promover o acesso delas à comercialização (COSTA; DIAS, 2021).

O Pronaf Mulher foi criado com o intuito de contribuir para a autonomia econômica das mulheres e dar visibilidade às suas atividades, mas os resultados continuam distantes do ideal almejado, pois o crédito oferecido às mulheres está longe de se efetivar como instrumento de empoderamento econômico.

Muitas das demandas colocadas pelos movimentos sociais de mulheres na história do país foram incorporadas em diferentes políticas públicas, no entanto, parte significativa delas foram implementadas de modo precário e ainda precisam ser aprimoradas para uma maior eficácia frente a um país tão continental.

Vale ressaltar que, apesar da maioria das entrevistadas terem dupla jornada de trabalho e enfrentarem problemas como excesso no trabalho e demasiadas obrigações, a maioria delas ainda não enxergam como uma dificuldade ou problema, as mulheres citaram que quase nunca (54%) e nunca (16%). Como apontado por Menezes e Silva (2016), as mulheres ficam sobrecarregadas por serem responsáveis pelas obrigações da casa, mesmo quando trabalham fora de casa.

Muitos estudos têm sido produzidos para compreender e superar as dificuldades enfrentadas por mulheres no meio rural (CIELO *et al.*, 2014; RAMOS, 2014; MENEZES; SILVA, 2016; SPAVANELLO *et al.*, 2022). De modo geral, observa-se que ainda há dificuldades para atuação das mulheres no meio rural devido aos papéis sociais que a mulher exerce e diferenças salariais entre os sexos e ainda enfrenta muitas dificuldades sendo tratada de

forma inferior em relação ao homem, bem como tem pouco incentivo para inclusão nas empresas rurais.

Conclusão

A partir da análise da participação efetiva da mulher do agronegócio no município de Palmitos – SC, observou-se que por muito tempo, elas desenvolveram com abundância trabalhos sem nenhum reconhecimento ou remuneração cabível a elas, por serem apenas ajudantes de seus maridos. Porém, houve avanços significativos, comprovando que a mulher é capaz de realizar tarefas que antes eram masculinas.

Em síntese, foi possível observar que a maior parte das respondentes têm acima de 31 anos, porém a maioria possui apenas ensino fundamental completo e uma pequena parte com curso superior. Contudo, isso não as impede de buscar conhecimento para auxiliar na propriedade rural. Pois, a grande maioria (91%) atua gerenciando propriedades entre 2 a 80 ha, as quais em sua maioria são de origem familiar.

As mulheres entrevistadas também destacaram que as principais dificuldades estão relacionadas com a resistência dos homens, abertura para novas ferramentas de gestão e a ausência de políticas públicas para mulheres.

Um ponto observado com a pesquisa é que apesar de já existirem avanços, as tarefas domésticas continuam sendo majoritariamente cumpridas pelas mulheres. Portanto, além da rotina cansativa na lavoura, que se inicia logo ao amanhecer, a mulher retorna para casa e precisa realizar todos os afazeres. Porém, as mulheres entrevistadas não caracterizaram isso com um problema para elas estarem a frente do agronegócio. Caracterizamos esse perfil como uma mulher forte, que levanta e enfrenta a batalha, porque faz o que gosta e com carinho.

A pesquisa evidenciou que diversas são as barreiras que precisam ser superadas e que as mulheres ainda estão em processo de conquista de seu espaço, elas buscam formação e especialização tentando melhorar sua capacidade técnica e de gestora. Por fim, projetos que tentam contribuir para o fortalecimento e consolidação de mulheres rurais para articulação com o governo, implementará e ampliará o alcance de políticas para as agricultoras.



Vol 2, 2023 – ISSN 2764-9199

Referências

- ABAG. **Perfil Todas as Mulheres do Agronegócio Brasileiro**: Sumário Executivo 2017. Disponível em: <https://abag.com.br/categoria/ieag/pesquisas/>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- ADRIANE, R. **Mulher Gestora**: Seja Atraente 2017. Disponível em: <https://aempreendedora.com.br/mulher-gestora-seja-atraente/>. Online, 2017. Acesso em: 27 maio. 2022.
- AGROLIGADAS. **Elas fazendo a história. Pesquisa sobre a participação feminina no agronegócio brasileiro**. 2022. Disponível em: https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Ebook_Agroligadas_final.pdf. Acesso em: 02 junho. 2022.
- ANNES, A.; WRIGHT, W.; LARKINS, M. 'A Woman in Charge of a Farm': French Women Farmers Challenge Hegemonic Femininity. **European Society for Rural Sociology**, 2020.
- ANTHOPOULOU, T. Rural women in local agrofood production: Between entrepreneurial initiatives and family strategies. A case study in Greece. **Journal of Rural Studies**. v. 26, p. 394-403, 2010.
- AUAD, D. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BALL, J. A. Women farmers in developed countries: a literature review. **Agriculture and Human Values**. v. 37, p.147–160, 2020.
- BARROS, G. S. C.; CASTRO, N. R.; GILIO, L.; SOUZA JUNIOR, M. L.; MORAIS, A. C. P.; ALMEIDA, A. N. **Mulheres no Agronegócio**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), Piracicaba, v.1, n.1, 2018.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Vol. 2, n.º 1, p. 68-80, 2005.
- BORGES, G. R.; BEURON, T. A.; NOTARI, M. B.; REZENA, G. V. A existência de preconceito de sexo no trabalho: uma Abordagem com trabalhadoras no agronegócio. **Gênero**. v. 21, n. 2, p. 47-65, 2021.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205 – 227, 2004.
- CASTRO, N. R.; SOUZA JUNIOR, M. L.; MORAIS, A. C. P.; GILIO, L.; BARROS, G. S.; ALMEIDA, A. N. Participação feminina e diferenciais de rendimento no mercado de trabalho do agronegócio. **Economia Aplicada**. v.26, n.1, p. 55-80, 2022.



Vol 2, 2023 – ISSN 2764-9199

CEPEA. **Mulheres no agronegócio**. 2018. Disponível em www.cepea.esalq.usp.br. Acesso em: 23 maio. 2022.

CIELO, I. D.; WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. A Participação Feminina no Agronegócio: O Caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)**. v. 12, n.1, 2014.

CUNHA, J. I. C.; CONCEIÇÃO, A. F.; FREITAS, A. F.; SCHNEIDER, S. O meio rural e a utilização das tic: reflexões a partir da pesquisa produtor rural SEBRAE 2017. **Brazilian Journal of Development**. v.8, n.1, p. 4419-4432, 2022.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Boletim da Agricultura Familiar**. Brasília, DF, v. 2, n. 1, março. 2022.

COSTA, E. R.; DIAS, A. B. As relações de gênero na política nacional de assistência técnica e extensão rural: uma análise a partir da equipe técnica. **Cadernos de gênero e diversidade**. v. 7, n. 2, 2021.

DIAS, L. G. **Liderança feminina no agronegócio: principais desafios enfrentados pelas mulheres gestoras**. 2008. Trabalho (Bacharelado em Administração) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2008.

DIAZ, R. T.; OSORIO, D. P.; HERNÁNDEZ, E. M.; PALLARES, M. M.; CANALES, F. A.; PATERNINA, A. C.; ECHEVERRÍA-GONZÁLEZ, A. Socioeconomic determinants that influence the agricultural practices of small farm families in northern Colombia. **Journal of the Saudi Society of Agricultural Sciences**, 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Módulos Fiscais**. 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 06 nov. 2022.

FAO. **The State of Food and Agriculture 2021. Making agrifood systems more resilient to shocks and stresses**. 2021. Rome, FAO. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb4476en>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FANTIM, T. **A importância do empoderamento feminino para o agronegócio**. Agroblog. 2022. Disponível em: <https://agrosmart.com.br/blog/a-importancia-do-empoderamento-feminino-para-o-agronegocio/>. Acesso em: 23 maio 2022.

FIELDVIEW. **Mulheres na agricultura: 15 profissionais exemplares do agro**. 2022. Disponível em: <https://blog.climatefieldview.com.br/mulheres-na-agricultura>. Acesso em: 26 maio 2022.

FIGUEIREDO, M. G.; DINIZ, G. R. S. Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista. **Nova Perspectiva Sistêmica**. n. 60, p. 100-119, 2018.



Vol 2, 2023 – ISSN 2764-9199

GLAZEBROOK, T.; NOLL, S.; OPOKU, E. Gender Matters: Climate Change, Gender Bias, and Women's Farming in the Global South and North. **Agriculture**. v. 10, n. 267, 2020.

GUARALDO, M. C. **Mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais**. Embrapa, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em: 22 maio. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUEDES, E. F. Gênero, o que é isso? **Psicol. cienc. prof.** v. 15, p. 1-3. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98931995000100002>. Acesso em: 15 maio 2022.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO. R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, n. 8, p.1-28, 2006.

IBGE. **Estatísticas 2021 população rural município de Palmitos-SC**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 23 nov 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, R. S. S.; SILVA, F. D. Trabalho e identidades de gênero de gestoras de organizações do agronegócio em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 3, n. 2, p. 127-144, 2016.

MOREIRA, R. O. **O mundo como ele é: sistemas econômicos e ideologias**. Porto Alegre: 2022.

NEVES, A. P. V. **Participação da mulher na tomada de decisão na pecuária de corte**. 2021. Dissertação (mestrado), Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Santa Maria, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/21653>. Acesso em: 02 nov.2022.

OLIVEIRA, G. N. *et al.* **Perfil Socioeconômico do Município de Palmitos/SC: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local**. Palmeira das Missões/RS, 2019.

PINTO, S. M. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas. 2012.

RAMOS, C. P. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Revista Gênero**, v. 15, n. 1, p. 29-46. 2014.

RIBEIRO, M. C. **Agro Mulher (AM): Elas entraram em campo: mulheres do agronegócio apostam em capacitação para vencer preconceito no setor**. Março de 2020. Disponível em: <https://ideagri.com.br/posts/elas-entraram-em-campo-mulheres-do-agronegocio-apostam-em-capacitacao-para-vencer-preconceito-no-setor> . Acesso em: 04 nov. 2022.

RICKSON, S. T.; DANIELS, P. L. Rural women and decision making: women's role in resource management during rural restructuring. **Rural Sociology**, v. 64, n. 2, p. 234 – 250, 2009.



Vol 2, 2023 – ISSN 2764-9199

SACHS, E. S.; JENSEN, L.; CASTELLANOS, P.; SEXSMITH, K. **Routledge Handbook of Gender and Agriculture** Routledge. New York. p. 486, ed. 1, 2021.

SILVA, E. C. G.; TRUGILHO, W. S.; RODRIGUES, J. A.; OLIMPO, G.A.; CHRISTO, B. F. Estudo das teorias da administração na gestão de pequenas propriedades rurais. **Caderno Profissional de Administração UNIMEP**. v. 9, n. 1. 2020.

SEGABINAZI, G. G. T. **A inserção da mulher no Agronegócio**. 2013. Projeto de pesquisa (Especialização em Agronegócios) – Faculdade Antônio Meneghetti, Recanto Maestro, 2013.

SPANEVERELLO, R. M.; BOSCARDIN, M.; CHRISTOFARI, L. F.; LAGO, A.; ANDREATTA, T.; BOTENE, T. S. O trabalho feminino no espaço rural. **Revista Estudo & Debate**. v. 29, n. 1, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v29i1a2022.2921>. Acesso em: 02 maio 2022.

SUGUIMOTO, D. Y. L.; CHAVES, A. M.; COUTINHO, D. R.; ABUD, S. Análise teórica: a participação feminina na atividade econômica rural. cap 15, p. 182-191, v. 4. **Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável**, 2021.

UNAY-GAILHARD, I.; SIMÕES, F. Becoming a Young Farmer in the Digital Age - Na Island Perspective. **Rural Sociology**. v. 87, n. 1, p. 144–185. 2022.

YANNOULAS, S. C. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA, 2002.